



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

e

Ministério da Justiça

Programa Estado de Direito e Justiça

Relatório Trimestral

Julho a Setembro

Preparado por

PNUD

Outubro de 2015

I – Contexto político, económico e social

O terceiro trimestre de 2015 é significativo em termos políticos, na medida em que durante esse trimestre o governo resultante das eleições foi demitido, em resultado de incompatibilidades com o Presidente da República. Por conseguinte foi nomeado um novo governo que não foi indicado pelo PAIGC, partido vencedor das últimas eleições parlamentares. Em reacção o PAIGC requereu a declaração de inconstitucionalidade junto do Supremo Tribunal de Justiça, que decidiu favoravelmente e que ditou a queda do referido governo. Paralelamente a crise se agudizou no seio da Assembleia Nacional Popular, que se revelou impossível de funcionar regularmente.

Em termos económicos o terceiro trimestre não foi significativo para o projecto.

Em termos sociais o terceiro trimestre de 2015 foi marcado por greves nos sectores da Saúde e Educação.

II – Realizações registadas nos domínios de intervenção

O acesso à justiça

Centros de Acesso à Justiça

- O serviço de apoio jurídico às populações da Guiné-Bissau continua a ser prestado pelos Centros de Acesso à Justiça (CAJ) na capital Bissau e nas regiões de Cacheu, Oio e Bafata. O serviço de apoio jurídico gratuito consiste em informar as populações em geral dos seus direitos e obrigações e o mecanismo do seu exercício. Durante o III trimestre de 2015, um total de 380 pessoas (20% de mulheres) beneficiaram de apoio jurídico gratuito dos CAJ na capital e nas regiões. Em comparação com o III trimestre de 2014, foi registado um aumento do nível de atendimento das populações na ordem dos 17%, isto é, mais 67 pessoas foram atendidas.
- As obras de construção do tribunal de Canchungo estão prontas, devendo ser inaugurado o novo edifício nos próximos meses. A construção do tribunal de Canchungo visa apoiar o Governo da Guiné-Bissau no alargamento dos serviços de justiça para as localidades onde eles são carentes.

III – Aspectos transversais

- A temática dos direitos humanos é transversal a todos os programas. Nesta medida, os direitos das mulheres e das crianças são temas transversais no apoio gratuito dos CAJ às populações. Com efeito, durante este trimestre foram realizadas palestras sobre direitos humanos na região de Bafata com a RENLUV sobre abordagem baseada nos direitos e fluxograma de atendimentos de vítimas de violência baseada no género. Com a Associação dos Amigos das Crianças (AMIC) foram abordados temas dos direitos das crianças. Com a Associação das mulheres, o registo civil e registo de propriedade.

IV – Desenvolvimento das parcerias e mobilização de recursos

- Os Centros de Acesso à Justiça promoveram parcerias com ONGs e OSC que operam na área dos direitos humanos. Assim, foram realizados debates e palestras destinados às comunidades e líderes tradicionais e religiosos sobre temas tais como os direitos das mulheres, as práticas nefastas contra os direitos das mulheres e crianças, etc. O projecto continua a estabelecer parcerias com outros projectos e organizações da sociedade civil intervenientes nas comunidades.

V – Gestão de riscos

- A não apropriação nacional do projecto é o maior risco neste III trimestre de 2015. Com efeito, o recrudescer da crise no parlamento aumenta o risco da não apropriação do projecto, porquanto a eventual queda do governo vai implicar o adiamento das decisões cruciais tendentes a apropriação gradual do projecto. Referimo-nos, por exemplo, a inscrição dos salários dos Técnicos de Assistência Jurídica e Assistentes Administrativos colocados nos CAJ, que deveriam ser inscritos na proposta do Orçamento Geral do Estado para o presente ano fiscal.

VI – Obstáculos e oportunidades

- Falta de colaboração das autoridades administrativas.
- Para superar a falta de colaboração das autoridades administrativas o Gabinete de Informação e Consulta Jurídica, do Ministério da Justiça, em parceria com o Programa Estado de Direito e Justiça, pretende promover um seminário de concertação entre os diferentes intervenientes no acesso à justiça, como forma de fomentar e promover maior relacionamento entre os diferentes actores na área.
- Falta de juízes ou de magistrados do Ministério Público nos tribunais de sector, nomeadamente em Farim, Nhacra, Canchungo e S. Domingos.
- A nomeação e colocação dos magistrados estagiários recém formados no CENFOJ nas localidades em que há carência de pessoal, é uma oportunidade para colmatar essas lacunas.

VII - Desafios, respostas e lições aprendidas

- O aumento do número de mulheres nos Centros de Acesso à Justiça é um desafio para o programa, na medida em que o nível de frequência dos CAJ por parte das mulheres nunca ultrapassa os 22%. Esta é uma dificuldade que importa ultrapassar de modo a eliminar o desequilíbrio entre os dois sexos. Para equilibrar esses números, o programa aposta na estratégia de incremento de parcerias com Associações de Mulheres, com ONGs que trabalham na área dos direitos das mulheres, com rádios comunitárias sobre programas radiofónicos temáticos, para incrementar o número de mulheres nos Centros.
- A troca de sinergias com OSC que trabalham na área dos direitos humanos é uma lição aprendida para o programa. Essas parcerias permitem atingir áreas que doutra forma seria impossível.
- A uniformização do pessoal dos CAJ é uma lição aprendida, enquanto medida que se enquadra na estratégia de saída para o projecto. Efectivamente o Ministério da Justiça prevê uniformizar o estatuto do pessoal colocado nos CAJ. Quer dizer, o Ministério da Justiça deverá unificar todo o pessoal dos CAJ até o I semestre de 2015, num claro sinal de apropriação futura do projecto e uma progressiva retirada do PNUD do projecto. Essa medida é um exemplo, uma boa prática de gestão do pessoal.

VIII - Recomendações

- Colocação/afecção dos magistrados recém formados no CENFOJ nas regiões onde se regista maior carência de magistrados.
- Reforçar a sensibilização das mulheres e crianças, seja nos programas radiofónicos, seja nas acções de sensibilização nos PAS.

- Fomentar as relações com autoridades tradicionais, régulos e anciãos.
- Fomentar e aprofundar parcerias com OSC locais e ONGs.

Assinaturas

<p>Pelo parceiro de implementação Nome e Apelido : <i>Juliano Augusto Fernandes</i> Função : <i>Coordenador do Gicjo</i> Assinatura : <i>[Signature]</i></p>
<p>Pelo gestor do projecto Nome e Apelido : <i>KAMIL LOPEZ</i> Função : <i>National Legal Expert</i> Assinatura : <i>[Signature]</i></p>
<p>Pelo Governo Nome e Apelido : <i>Regal Mendes</i> Função : <i>DR / Administração da justiça</i> Assinatura : <i>[Signature]</i></p>

Annexes

- Matrice de suivi des indicateurs
- Tableau de suivi de l'exécution financière
- Rapports de mission
- Plan de travail du trimestre suivant